

DATA: 06.02.2024

HORÁRIO: 10h

ASSUNTO: 38ª REUNIÃO DE ANÁLISE CRÍTICA DA ALTA DIREÇÃO (RACAD) DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)

PARTICIPANTES:

CONSELHEIRO	
Conselheiro Presidente Eduardo Tuma	
SERVIDORES (em ordem alfabética)	
Adriano Pinheiro Bezerra de Menezes	Supervisor de Controle Externo – CV
Alessandra Mara Cornazzani Sales	Gabinete da Presidência
Alexandre Ferreira Mathias Júnior	Chefe de Gabinete do Conselheiro Eduardo Tuma
Amandio Martins	Escola de Gestão e Contas – EGC
Ana Carolina C. de Albuquerque	Chefe de Gabinete do Conselheiro Ricardo Torres
Ana Maria Brambilla	Chefe da Assessoria de Imprensa
Ari de Oliveira Santos Júnior	Núcleo de Governança e Gestão – NGG
Ari de Soeiro Rocha	Chefe do Núcleo de Governança e Gestão – NGG
Camila Gonçalves Garcia	Escritório da Qualidade – ETQC
Carlos Macruz Filho	Representante do Conselheiro Roberto Braguim
Carlos Richelle Soares da Silva	Coordenador da C-VI
Cláudio José Lotti	Assessor Chefe do Gabinete Médico
Daniela Josefa da Silva Freitas	Escritório da Qualidade – ETQC
Daniela Yano	Subsecretaria de Controle Externo – SCE
Daniella Ribeiro do Valle Sarti	Coordenadora da C-III
Dilian Guimarães	Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei
Fredy Henrique Miller	Coordenador da C-II
George Augusto Niaradi	Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei
Gisele dos Santos Venier	Assessor do Núcleo de Tecnologia da Informação
Gláucio Teixeira Tavares	Subsecretário Administrativo
Guilherme Bloisi	Assessoria de Imprensa
Harmi Takiya	Gabinete do Conselheiro João Antônio
Helen Cristina Steffen	Assessor da Subsecretaria de Controle Externo - SCE
Hélio Ricardo Guimaraes M Azevedo	Coordenador da C-VIII
João Roberto Fernandes de Lima	Assessor da Subsecretaria de Controle Externo – SCE
Jorge Pinto de Carvalho Junior	Assessor da Subsecretaria de Controle Externo – SCE
José Alberto Bicudo Paranhos	Auditor de Controle Externo – UIE
José Aníbal Gonçalves de Almeida	Núcleo de Governança e Gestão – NGG
Luciana da Cunha de Castro Guerra	Subsecretária de Controle Externo – SCE
Luciano Teixeira	Supervisor de Controle Externo – C-I
Luiz Fernando de C. P. do Amaral	Chefe da Assessoria Jurídica – AJ
Luiz Gustavo de Oliveira Vieira	Auditor de Controle Externo – C-III

ATA DE REUNIÃO

Luiza Correia Hruschka	Chefe da Gestão das Relações do Trabalho - GRT
Marcelo Gandra Falcone	Gabinete do Conselheiro Eduardo Tuma
Margarida Isabella Malena Mancini	Subsecretaria de Controle Externo – SCE
Maria Angélica Fernandes	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Antônio
Maria Tereza Gomes da Silva	Secretária Geral - SG
Mariana Mendes Cruz Ferreira	Supervisora de Controle Externo – C-IV
Mário Augusto de Toledo Reis	Escola de Gestão e Contas - EGC
Mônica Aparecida Correia	Auditor de Controle Externo - UIE
Mônica Hanashiro Sakaguchi	Assessoria Jurídica - AJ
Nilson Nascimento	Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI
Philippe Vedolim Duchateau	Chefe de Gabinete da Presidência
Rafael Valverde Arantes	Coordenador da C- IV
Rafael Peçanha Waissman	Assessor da Subsecretaria de Controle Externo – SCE
Ricardo Ferreira Santos	Gabinete do Conselheiro Eduardo Tuma
Rita de Cassia D'Angelo	Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação - UTBD
Roberta Carolina Dias Barbosa	Subsecretaria de Controle Externo – SCE
Rodrigo Machado Silva	Auditor de Controle Externo – C-VII
Rosane Segantin Keppke	Escola de Gestão e Contas - EGC
Rubens Chammas	Chefe de Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei
Sandra Cristina de Almeida Albarello	Núcleo de Governança e Gestão - NGG
Suzana Mergulhão de Oliveira	Coordenadora do ETQC
Thiago Fernandes Vilas Boas	Auditor de Controle Externo – C-IV
Viviane Prates Batista	Coordenadoria III
Zilma Ferreira dos Santos	Gabinete do Conselheiro Eduardo Tuma

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESEMPENHO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)	4
3. Núcleo de Governança e Gestão (ngg) – Planejamento Estratégico (PE) do TCMSP	7
4. PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF).....	10
5. SAÍDAS DA ANÁLISE CRÍTICA DO SGQ	16
5.1. Novas oportunidades de melhoria.....	17
5.2. Necessidades de mudança no SGQ	17
5.3. Necessidade de recursos	17
5.3.1. Concurso de Auditor de Controle Externo e Auxiliar Técnico de Controle Externo...	17
6. CONCLUSÃO	17

1. INTRODUÇÃO

A 38ª Reunião de Análise Crítica da Alta Direção (RACAD) do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo tem por objetivo avaliar o desempenho do SGQ e definir as prioridades para o próximo ciclo. Foi realizada em 06.02.2024, às 10 horas, no formato *on-line* por meio da plataforma Microsoft Teams.

Com o consentimento dos participantes, cujos nomes estão listados na primeira página, a reunião foi gravada.

O Conselheiro Presidente Dr. Eduardo Tuma deu boas vindas a todos e fez a abertura dos trabalhos, passando a palavra para a Secretária Geral, Dra. Maria Tereza Gomes, que cumprimentou os participantes e enfatizou a importância do andamento do SGQ e reconheceu o trabalho realizado pelo Núcleo de Governança e Gestão (NGG) na chefia do Sr. Ari de Soeiro Rocha, da Sra. Suzana Mergulhão de Oliveira à frente do Escritório da Qualidade (ETQC) e da Sra. Sandra Cristina de Almeida Albarello (NGG).

A Sra. Suzana, Coordenadora do ETQC, agradeceu a participação de todos e, em especial, da Alta Direção e o empenho em manter o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Ressaltou que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) está caminhando para o 28º ano de Certificação ISO 9001, sendo um sistema consolidado e maduro. Após, passou a palavra ao Sr. Ari Rocha que também agradeceu a presença de todos e reforçou a consolidação do SGQ no TCMSP. Na sequência a Sra. Luciana Guerra, Subsecretária de Controle Externo (SCE), cumprimentou a todos os participantes.

2. DESEMPENHO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)

A Coordenadora do Escritório da Qualidade (ETQC) iniciou a 38ª Reunião de Análise Crítica (RACAD)¹ do SGQ e informou que foram encaminhados anteriormente o Relatório de Desempenho referente a 2023 e a pauta da presente reunião.

¹ Embora sejam 28 anos de Certificação ISO 9001 no TCMSP, a presente reunião é a 38ª RACAD porque nos anos anteriores a 2000 eram realizadas duas reuniões anuais da RACAD.

Contextualizou o escopo certificado, a Política da Qualidade, os clientes do SGQ e a composição da Alta Direção (Presidência, Vice-presidência, Secretaria Geral, Subsecretaria de Controle Externo, Subsecretaria Administrativa e Núcleo de Tecnologia da Informação) que se mantém desde 1996.

Informou que as saídas da reunião do ano anterior, na 37ª RACAD, estão em andamento e são as seguintes: “Desenvolver mecanismos para melhorar o controle concomitante”; “Aprimoramento das Políticas Públicas para relativizar o controle repressivo”; e “Celeridade do Fluxo Processual”. Foi destacado que essas três deliberações estão detalhadas no Relatório de Desempenho do Sistema de Gestão da Qualidade.

Apresentou os principais processos do SGQ: o Monitoramento dos Itens de Controle; a Auditoria Interna do SGQ; a Auditoria Externa do SGQ; e a Asseguração da Qualidade das Fiscalizações.

Citou os cinco indicadores de desempenho: Satisfação do Cliente; Cumprimento de Prazos; Concomitância; Estoque de Processos e Treinamento e Desenvolvimento e alertou que a apresentação mais detalhada sobre a concomitância seria feita pela Subsecretária Luciana Guerra.

Em relação à Avaliação da Satisfação do Cliente, enfatizou a importância de melhorar a taxa de resposta dos formulários de avaliação pelos gabinetes, via *google forms*, pois foram obtidas 24 (vinte e quatro) avaliações de um total de 325 (trezentos e vinte e cinco) encaminhadas.

Nesse sentido, a Coordenadora do ETQC afirmou que: *“Estamos com um projeto em andamento junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) para otimizar o envio das pesquisas de satisfação e estimular a resposta pelos gabinetes dos Conselheiros”*.

Desta forma, solicitou aos gabinetes que respondam à pesquisa, inclusive, colocou o Escritório da Qualidade à disposição para ajudar e esclarecer dúvidas sobre a Pesquisa de Satisfação do Cliente, principalmente, ao recém-chegado, o Gabinete do Conselheiro

Ricardo Torres. Foi salientado que essa pesquisa não é obrigatória, porém a ideia desse feedback é buscar a melhoria do produto entregue.

Quanto ao cumprimento de prazos, foram finalizados 374 (trezentos e setenta e quatro) produtos pelas Coordenadorias de SCE e houve 11 (onze) ocorrências, correspondendo a 2,9% do total, o que está dentro da meta estabelecida de até 10%. Já a Subsecretaria de Controle Externo (SCE) teve sua meta totalmente atingida, uma vez que todos os produtos finalizados foram entregues sem nenhum atraso.

No que diz respeito aos estoques de processos, foi comentado que esse indicador não possui meta estabelecida, mas é monitorado pelo SGQ e que foi observada que a quantidade geral tem diminuído ao longo de 2023, devido à força tarefa para reduzir a quantidade de processos, em especial de aposentadorias e pensões.

No indicador de treinamento e desenvolvimento, foi atingida 50% da meta anual de 9.000 (nove mil) horas, que se referem aos treinamentos das áreas que compõem o SGQ. A Sra. Suzana passou a palavra para a Sra. Luiza, Chefe da Gestão das Relações do Trabalho (GRT), que complementou que foram realizados 67% de cursos planejados no Levantamento de Necessidade de Desenvolvimento (LND) e mais 33% de cursos extraplano, o que considerou uma quantidade muito boa, pois não adianta ter a meta e não ser cursos planejados.

A Sra. Suzana apresentou os destaques de 2023 identificados na Auditoria Externa de Recertificação como pontos fortes do SGQ, sendo eles: o Sistema Consolidado; o Planejamento Estratégico; e o Alinhamento com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Para 2024, a Sra. Suzana comentou que o Escritório da Qualidade tem como meta o aprimoramento dos indicadores; a melhoria na taxa de resposta da avaliação da satisfação dos clientes; a manutenção da certificação ISO 9001; a revisão dos normativos e a publicação do novo Manual da Qualidade.

Ao término de sua exposição, passou a palavra ao Sr. Ari, Chefe do NGG.

3. NÚCLEO DE GOVERNANÇA E GESTÃO (NGG) – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PE) DO TCMSP

O Sr. Ari, Chefe do NGG, apresentou os seguintes tópicos sobre o planejamento estratégico do TCMSP: “Breve Histórico”, “Perspectivas”; “Objetivos”; “Quadro Geral”; “Monitoramento” e “Próximos Passos”.

Informou que até 2017 o Tribunal fazia o seu planejamento estratégico, mas não o formalizava por meio de documentos e que, nesse mesmo ano, foi constituído o Grupo de Trabalho de Governança (GTGov) que realizou a primeira etapa para o levantamento de um diagnóstico situacional, através do qual foram definidos a missão, a visão e os valores do TCMSP; os grandes temas (como: recursos financeiros, pessoas, processos e partes interessadas) e o desdobramento dos objetivos em iniciativas.

Em 2019 foi concretizada a elaboração do Planejamento Estratégico (PE), por meio da propositura dos programas, projetos e ações, o que levou ao andamento do trabalho e foi formalizado para estar vigente entre 2020 e 2023, mas houve a pandemia, ocasionando alteração no fluxo dos trabalhos. O PE foi aprovado em 2021, pela Resolução nº 11/2021.

Em 2023, o Plano estava vencendo e era preciso iniciar o novo ciclo. Através de diversas pesquisas sobre Planejamento Estratégico de outros tribunais, se verificou ser normal a prorrogação por mais um ano, quando se aproximavam do final, para que haja um ajuste nos programas, projetos e ações que ainda não foram executados ou que estão em andamento, mas devido às intercorrências, não foram concluídos ao longo do período e ainda poderiam ser concluídos. Desta forma, o PE foi prorrogado por mais um ano, até final de 2024, com a Resolução nº 11/2023.

As Perspectivas abordadas correspondem a quatro grandes eixos, sendo: A) Planejamento e Orçamento; B) Pessoas, Aprendizado e Inovação; C) Processos Internos; e D) Resultados para a Administração Pública e à Sociedade.

O SR. Ari enfatizou que o PE é dinâmico e que não se espera que seja imutável, pois vai refletir as mudanças no decorrer da execução dos trabalhos e também as tratativas do

Tribunal com a sociedade e que a ideia de dinamismo do Plano é importante. Disse que o PE foi aprovado para quatro anos e que se desdobra em Planos Setoriais Bienais, sendo então elaborados o Plano Setorial 20-21 e o Plano Setorial 22-23, e que estes ainda se desdobram em planos anuais.

As perspectivas se desdobram em objetivos, por exemplo, a perspectiva “Planejamento e Orçamento”, tem os seguintes objetivos: “Fortalecer a governança institucional e o direcionamento da gestão”; “Aprimorar a gestão financeira”; “Assegurar os recursos necessários” e que os objetivos se desdobram em iniciativas e só então resultam em algo mais concreto, que são os Projetos, os Programas e as Ações.

A perspectiva “Pessoas, Aprendizado e Inovação” teve como objetivos: “Aperfeiçoar a gestão de pessoas”; “Implantar a gestão do conhecimento”; “Estimular a inovação”; e “Planejar e disciplinar novos métodos de trabalho”.

Com relação à perspectiva Processos Internos, comentou que houve muita demanda das unidades do TCMSP e que a maior parte dos projetos propostos para o PE 20-23 trouxeram como objetivos: “Aperfeiçoar a comunicação institucional interna”; “Aprimorar a gestão processual da atividade de controle externo”, “Adotar medidas para racionalizar a geração de processos”; “Aperfeiçoar o sistema de fiscalização”; “Promover o comportamento ético e a cultura de integridade”; e “Aprimorar o sistema de controle interno do tribunal”.

A última perspectiva, Resultado para a Administração Pública e à Sociedade, teve como objetivos: “Contribuir para o aprimoramento do desempenho da Administração Pública”; “Fomentar mecanismos de controle social e de transparência”; e “Contribuir para o desenvolvimento sustentável”.

O Chefe do NGG comentou que: *“Todos esses grandes eixos irão direcionar o atingimento da nossa atividade fim que é prestar bons serviços para a sociedade com o uso dos recursos públicos”.*

Na sequência, apresentou um Quadro Geral do que foi realizado ao longo desses anos, demonstrando que do Plano Setorial 20-21 para o Plano Setorial 22-23, houve a

racionalização de alguns Programas, sendo 07 (sete) deles transformados em Projetos e 02 (dois) deles em Ações. Esclareceu que os Projetos envolvem mais de uma unidade do Tribunal e as Ações são de caráter mais interno da unidade.

Comentou que nesses levantamentos percebeu que por conta de não ter uma cultura de registro formal do PE no TCMSP, havia um represamento muito grande das ações que seriam propostas pelas unidades; assim, o plano teve muitas ações, muitos projetos e muitos programas.

Esclareceu que para o segundo ciclo do Planejamento Estratégico vai procurar enxugar a quantidade desses projetos/programas para ter um controle mais fidedigno e para que essas ações e projetos estejam casados com as perspectivas e com os objetivos, avançando, inclusive, na propositura de indicadores de metas para que o monitoramento seja feito de forma mais abrangente e completa.

Apresentou um panorama geral analítico de como os Programas, os Projetos e as Ações são monitorados por meio de tabelas e acompanhados pela equipe de Monitoramento do NGG e informou que quem quisesse mais detalhes poderia verificar a página do NGG na Intranet.

Disse que em relação aos 18 (dezoito) programas propostos, 7 (sete) foram concluídos; dois reclassificados para ação; 7 (sete) reclassificados para projetos e 2 (dois) estão em andamento.

Sobre o monitoramento dos Projetos, comentou que foram propostos 73 (setenta e três), sendo: 35 (trinta e cinco) concluídos; 8 (oito) suspensos; 3 (três) em andamento; 14 (quatorze) atrasados; 8 (oito) não iniciados e 5 (cinco) descontinuados / cancelados.

Enfatizou o dinamismo do PE e que não se espera que 100% do PE seja executado plenamente, porque, por exemplo, em relação aos projetos suspensos, podem ocorrer as seguintes situações: estar aguardando deliberação superior; ou liberação de recursos; ou qualquer outro tipo de intercorrência. Já, os projetos descontinuados/cancelados são os

que não foram iniciados ou os que precisaram ser cancelados realmente. Estes últimos vão para o Banco de Projetos do Tribunal e podem ser retomados a qualquer tempo.

Por fim, disse que das 33 (trinta e três) ações, 20 (vinte) foram concluídas; uma (1) foi suspensa; 6 (seis) estão atrasadas; 3 (três) não foram iniciadas e 3 (três) foram descontinuadas/ canceladas.

Quanto aos Próximos Passos do Planejamento Estratégico, o Sr. Ari afirmou que o 2º Ciclo será iniciado ainda neste mês de fevereiro, com o lançamento da pesquisa “Nosso Tribunal do Futuro”, que trará subsídios dos públicos interno e externo para que, junto com o Comitê de Planejamento Estratégico e com os Conselheiros, seja iniciada a elaboração do novo Plano, com expectativa de término até o final de 2024.

4. PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF)

A Sra. Luciana Guerra, Subsecretária de Controle Externo (SCE), iniciou a apresentação enfatizando que sua exposição terá três momentos: a Prestação de Contas do Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2023; Projetos de Melhoria da SCE e Desafios e Oportunidades para 2024.

Com relação ao PAF 2023, apresentou os principais números. Em 2023 foram executados 14.248 (quatorze mil duzentos e quarenta e oito) DUSFs em atividades diretas de fiscalizações (acompanhamentos de edital, de execução contratual, análises e auditorias programadas e extraplano). Foram realizadas 1.256 (mil duzentas e cinquenta e seis), atividades diretas de fiscalizações excluídas as análises de aposentadorias e pensões.

De todos os DUSFs executados em atividades diretas de fiscalização, 40% (quarenta por cento) foram em fiscalizações concomitantes (5.674 – cinco mil seiscentos e setenta e quatro- DUSFs), ressaltando que existe fragilidades para a apuração nesses números e que para esse ano foram realizados ajustes, junto a NTI, no sistema panorama que passará a sugerir no lançamento conforme o tipo de atividade, se será concomitante, posterior ou preventivo. Em 2024, esse número será mais fidedigno.

Com relação ao montante fiscalizado, em 2023 foram fiscalizados cerca de 29% (vinte e nove por cento) a mais do que 2022, chegando a marca de R\$ 115,4 bilhões (cento e quinze bilhões e quatrocentos milhões). Número maior que o orçamento da Prefeitura, visto que são fiscalizadas licitações cujo os valores serão executados ao longo de vários anos.

Com relação aos benefícios do controle externo foram apurados R\$ 4,3 bilhões (quatro bilhões e trezentos milhões), dos quais 15% (quinze por cento) são benefícios efetivos. Maiores explicações serão dadas ao longo da apresentação.

Lembrando que nos últimos anos o consumo de DUSFs consumidos foram classificados em 05 categorias, e irá apresentar o quanto foi consumido em cada uma delas:

1. Direto de Fiscalização – (14.248 – quatorze mil duzentos e quarenta e oito – DUSFs), representa 48% (quarenta e oito por cento) do total de DUSFs, referente os trabalhos entregues.
2. Indireto de Fiscalização – (8.572 – oito mil quinhentos e setenta e dois – DUSFs), representa 29% (vinte e nove por cento), são as atividades indiretas de fiscalização, atividades essenciais das chefias, revisões dos trabalhos, controle de qualidade, revisão por pares.

Somando o direto e o indireto atinge quase 80% (oitenta por cento) da força de trabalho.

3. Indisponibilidade de recursos – (4.242 – quatro mil duzentos e quarenta e duas – DUSFs), representa 14% (catorze por cento), são férias, licenças, dispensas, etc.
4. Melhoria do Processo produtivo – (2.408 – duas mil quatrocentos e oito – DUSFs), representa 08% (oito por cento), que são as capacitações, treinamentos e projetos internos.

Enfatizou que mesmo com o número reduzido da força de trabalho de SCE esses números foram reduzidos, mas não prejudicou a participação nos treinamentos executando o LND planejado.

5. Outras Atividades – (164 – cento e sessenta e quatro – DUSFS), representa 01% (um por cento) – que é a participação da equipe de SCE em outras atividades, como nas Auditorias da Interna da Qualidade, em comissões, dentre outras.

Apresentou de forma resumida a diferença do planejado/previsto no PAF 2023 e o realizado, em DUSFs divididos por atividade de fiscalização. Ressaltou que a atividade que mais consumiu DUSFs foram as Manifestações no total de 1.945 (mil novecentos e quarenta e cinco) previsto contra 3.503 (três mil quinhentos e três) realizado. Porém em 2023 percebe-se que, apesar do número ainda ser grande, essa diferença tende a diminuir com uma melhor previsão no PAF, que em 2024 ainda foi subestimado, mas que pode ser corrigido com a nomeação dos novos auditores e uma revisão do PAF 2024, e ainda porque os gabinetes/conselheiros estão buscando equalizar as determinações de novas manifestações em processos, de acordo com a Resolução nº 18/2019.

Enfatizou que a diferença entre previsto e realizado, consome os DUSFs, dos acompanhamentos e das Auditorias Programadas. Algumas Auditorias Programadas para 2023 que não puderam ser realizadas foram reprogramadas para este ano.

Com relação a concomitância, Luciana pontuou que foram usados 40% (quarenta por cento) dos DUSFs, esse percentual foi somente 1% (um por cento) maior que em 2023. Informou que no último trimestre de 2023, teve uma concentração maior dos RAFs da Administração Indireta, que tem o prazo regimental até 30 de novembro e que não são atividades concomitantes. Lembrou que a quantidade realizada só entra no cômputo quando ela é finalizada. Ou seja, como algumas auditorias passam de um ano para outro, continuam em andamento, e esse cômputo da quantidade realizada estará na prestação de contas do PAF 2024. Em termos de DUSFs foram atingimos 40% (quarenta por cento) de concomitância em 2023, com uma quantidade realizada de 41% (quarenta e um por cento). Destacando que o monitoramento do momento/modo do controle para 2024 foi aprimorado no Sistema Panorama, que terá a divisão de preventivo/repressivo, houve a criação do tipo prévio, que é controle preventivo, previsto na Instrução Normativa nº 02/2022 – controle das desestatizações. Ou seja, a partir de 2024 terá 03 divisões, o prévio, o concomitante e

o a posterior. Sendo o prévio e o concomitante como controles preventivos, conforme a classificação do PAF 2024.

No detalhamento do montante fiscalizado conforme o tipo de atividade fiscalizada, a Luciana destacou o aumento nas análises, representado essencialmente pelas análises dos termos de aditamento dos contratos do transporte público coletivo. De R\$ 14 (catorze) bilhões em 2022, para R\$ 72 (setenta e dois) bilhões em 2023. E das representações, com queda significativa de R\$ 28 (vinte e oito) bilhões para R\$ 1,5 (um e meio) bilhões em 2023. Tal queda ocorreu porque foram excluídas algumas duplicações que vinham em acompanhamento de edital, ou em representação que era edital e que estava sendo feito por acompanhamento. Foram excluídos, para evitar a duplicidade. Muitos editais tinham uma quantidade imensa de representações, o que superestimava o valor, por aparecer duas vezes, ou mais, na contagem geral.

Com relação aos benefícios do controle externo, descreveu que o Benefício Efetivo é o que acontece no momento, durante a ação de controle ou após o julgamento, na fase em que está sendo monitorado, verificando se as deliberações foram cumpridas, um benefício que realmente já aconteceu. Em 2023 foi apurado um montante de R\$ 650,5 (seiscentos e cinquenta milhões e quinhentos mil) milhões, em benefícios efetivos, maior que o próprio orçamento do Tribunal.

Já o Benefício Potencial, que é a mensuração da quantificação do benefício depois do julgamento e depende da adoção de medidas pelo poder público, atingiu a marca de R\$ 269,3 (duzentos e sessenta e nove milhões e trezentos mil) milhões.

O maior montante são as Propostas de Benefícios Potencial, que são os processos que ainda estão em fase de instrução, ou já com a instrução finalizadas, mas que ainda serão apreciados pelo colegiado e com as deliberações dadas pelo colegiado passam a benefícios potencial, computando no momento R\$ 3,5 (três bilhões e quinhentos milhões) bilhões.

Luciana, apresentou um slide referente aos números de DUSFs por relator, explicou que a contagem é feita por mês e que o sistema está em fase de aprimoramento, pois

algumas atividades podem ser criadas com o campo relator em branco, por ainda não ter o relator quando da inserção da tarefa no panorama.

Expôs dois slides com as principais fiscalizações de 2023 por tema, destacou as auditorias programadas de Educação, com busca ativa e evasão escolar. As auditorias do tema Assistência Social, que nos últimos anos tiveram uma repercussão e destaques favoráveis, que trazem uma melhor qualidade de vida para a vida dos cidadãos. No tema Limpeza Urbana e Zeladoria, destacou que ao final do ano foi acompanhado o edital do manejo arbóreo e varrição. No tema Infraestrutura Urbana, destacou os vários acompanhamentos de edital e a auditoria de obras emergenciais. Finalizando com o tema Concessões, lembrando da nova estruturação de SCE e a coordenadoria C-V sendo responsável e especializada no tema, com acompanhamento de editais e contratuais.

Passando para segundo tema que são os projetos de melhoria da SCE, a Luciana destacou:

1 – Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização – que faz parte do Planejamento Estratégico, foi concluído com a publicação e divulgação dos manuais: Manual de Auditoria Operacional, Manual de Auditoria Financeira, Manual de Auditoria de Conformidade e a segunda versão do Manual de Auditoria Governamental. E a criação no NACE (Núcleo de Apoio ao Controle Externo), coordenado em SCE pelo servidor Jorge Carvalho, e conta com a participação de 01 (um) auditor de cada coordenadoria, tendo uma atuação de forma descentralizada, com o objetivo disseminar as metodologias, os procedimentos de auditoria, auxiliar os demais auditores na aplicação prática dos procedimentos de auditoria previstos nos manuais.

2 – Sistemas de Informação – São dois principais sistemas que estão sendo desenvolvidos em parceria do NTI e, no caso do primeiro, também com a empresa desenvolvedora de software: o Sistema de Auditoria (SISAUD) e o Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensões – nessa primeira parte esse sistema terá foco na gestão dos processos e não na análise. São dois sistemas complexos, que estão evoluindo de forma lenta, porém de forma gradual, por questões administrativas, nada fora do previsto. Os

dois sistemas depois de prontos darão grandes ganhos para SCE, em especial o SISAUD, porque todas as normas estarão no sistema facilitando a aderência do auditor que estará executando os procedimentos.

3 – Quantificação de Benefícios – Implementação da metodologia de quantificação de benefícios, com base no Manual da ATRICON (MQB), tal metodologia está bem implementada, os valores de 2023 foram apurados com base nos três estágios propostos no Manual e já apresentado. Para 2024, o principal foco é trazer esses dados como atualização contínua para que consiga atualizar em tempo real as páginas do QlikSense.

4 – Comunicação – No ano de 2023, foram criados dois meios de comunicação: O SCE Comunica, que contém as informações mais importantes do período, como destaques, lembretes. E o Boletim do NACE, que também as informações do período, mas com o foco nos procedimentos de auditoria.

Como desafios e oportunidades para 2024, a Luciana informou que está de saída da SCE e quem irá assumir é o auditor Rafael Arantes, e por isso não está falando em seu nome, mas sim em relação à SCE:

1 – Aumento da força de trabalho de SCE – algo esperado, com a nomeação dos auditores do novo concurso, que irá dar um ganho de produtividade e de qualidade aos trabalhos;

2 – Soluções tecnológicas de apoio às fiscalizações – com a chegada dos novos auditores, também será possível ter uma maior dedicação ao aprimoramento da utilização de tais tecnologias, com o apoio de outras áreas como o NTI.

3 – Adesão aos princípios e requisitos das NBASP – com a consolidação dos manuais e a aplicação escalonada dos procedimentos, a perspectiva para 2024 é uma maior adesão às NBASPs, que é uma busca de todos os Tribunais de Contas, de todas as Secretarias de Controle Externo.

4 – Melhoria contínua dos processos de trabalho de SCE – que é a busca do Sistema de Gestão da Qualidade. Sempre pensando nas possíveis mudanças e melhorias.

Luciana Guerra finalizou agradecendo todos os colaboradores de SCE, supervisores, coordenadores, enfatizando que os resultados que apresentou se dá pelo esforço coletivo.

5. SAÍDAS DA ANÁLISE CRÍTICA DO SGQ

Neste momento da reunião foi aberta a possibilidade de manifestação aos participantes.

Fez uso da palavra o Conselheiro Presidente Eduardo Tuma, que iniciou agradecendo a apresentação e o trabalho da Suzana, da Luciana e do Ari; reconhecendo o esforço do trabalho realizado em 2023 e dando destaque ao trabalho da SCE na pessoa da Luciana Guerra. Falou sobre os acontecimentos do ano, como mudanças que ocorreram, a perspectiva do concurso, a nova forma de tratamento do planejamento estratégico, o dinamismo que o PAF ganhou e que acabou recaindo no trabalho. Parabenizou o trabalho realizado pela SCE e destacou que 2024 será uma continuidade com a consolidação das novas perspectivas.

Enfatizou que no momento não tinha nenhuma sugestão nem demanda, e que irá pensar e avaliar, se comprometendo a dar um retorno caso necessário.

Porém, pensando na perspectiva de 2024, ponderou que os pontos de desafios apresentados pela Luciana - a implementação da tecnologia é fundamental na auditoria, aliado ao Núcleo de Governança e Gestão e à recepção dos novos auditores, tendo como missão em 2024 consolidar o planejamento feito em 2023, acredita que em 2025 terá um novo patamar que será construído com essas novas bases que serão realizadas agora em 2024. Termina enfatizando:

“Para terminar, não só agradecendo, minha fala, mas para dizer a vocês: 2024 vai ser um ano de muito trabalho. Nós temos que construir para que aqueles que venham em 2025 possam, então, usufruir daquilo que estamos construindo hoje. Nós estamos semeando mais uma vez, um segundo ano de semeadura, muito profunda, muito estruturada. Semear, estruturar e deixar um legado nessa nossa gestão”.

Após a Coordenadora do ETQC, Sra. Suzana, consolidou os encaminhamentos da reunião, conforme subitens a seguir.

5.1. Novas oportunidades de melhoria

Procedida a análise crítica, concluiu que não há novas oportunidades de melhoria no momento.

5.2. Necessidades de mudança no SGQ

Procedida a análise crítica, concluiu que não há necessidade de mudanças no SGQ.

5.3. Necessidade de recursos

5.3.1. Concurso de Auditor de Controle Externo e Auxiliar Técnico de Controle Externo

Dar continuidade, tão logo seja possível, ao concurso público para o preenchimento de vagas nos cargos de Auxiliar Técnico de Controle Externo e de Auditor de Controle Externo, suspenso em virtude da pandemia, mas já retomado e em fase final de avaliação para homologação e nomeação dos aprovados.

Responsáveis: Comissão do concurso já instituída.

6. CONCLUSÃO

De todo o exposto, se conclui que o Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal de Contas do Município de São Paulo é pertinente ao escopo certificado “Sistema de Fiscalização e Elaboração dos Relatórios Anuais”, está adequado aos requisitos da Norma ISO 9001:2015 e é eficaz, tendo em vista as avaliações de análise crítica efetuadas trimestralmente pelas áreas, o Relatório de Desempenho do SGQ e o quanto apresentado nesta Reunião de Análise Crítica da Alta Direção.

Todos os arquivos utilizados e apresentados nesta reunião serão disponibilizados como anexo.

ATA DE REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, sendo assinada pelos membros da Alta Direção.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2024